

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.465.806 - PR (2019/0069484-9)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : AGRO INDUSTRIAL PINHAIS LTDA
ADVOGADOS : MANOEL CAETANO FERREIRA FILHO - PR008749
ANDREA SABBAGA DE MELO - PR026678
FELIPE FRANK E OUTRO(S) - PR061484
BERNARDO THEODORO DE MENDONÇA - PR083498
AGRAVADO : CLÓVIS SOARES MAIA - ESPÓLIO
AGRAVADO : EVA CAETANO DE ANDRADE SOARES MAIA - ESPÓLIO
REPR. POR : ROSANE SOARES MAIA VIEIRA DE SOUZA -
INVENTARIANTE
ADVOGADO : EDGARD KATZWINKEL JUNIOR - PR004314

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE. LEGITIMIDADE PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO VIOLADO. SÚMULA 284/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por AGRO INDUSTRIAL PINHAIS LTDA de decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que negou seguimento ao seu recurso especial, fundamentado na alínea "c" do permissivo constitucional, manejado contra acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 411/413):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE - SUPOSTAS NEGOCIAÇÕES EIVADAS DE VÍCIOS - TERCEIRAS EMPRESAS ENVOLVIDA OU INTEGRANTE DE 'HOLDING' FAMILIAR - LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO CONSTATADO - MATÉRIAS ANALISADAS EM OUTROS RECURSOS (AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1558267-3 E AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1620131-9) INTERPOSTOS POR OUTROS AGRAVANTES.

1. No presente caso, não se olvida que o provimento jurisdicional final visado na demanda é a dissolução total da Agro Mineral Santa Fé S.A. Indústria e Comércio - com a respectiva liquidação e partilha dos ativos - e embora as

Superior Tribunal de Justiça

medidas pleiteadas pelos autores, ora agravados, a título liminar, não constituam efeito principal da sentença de dissolução a ser proferida, não existe óbice para a concessão da tutela antecipada almejada. Isso porque, as providências solicitadas pelos agravados são de natureza cautelar e visam assegurar a utilidade do processo de dissolução da sociedade (conhecimento), cujo efeito secundário é garantir a efetiva apuração e o consequente pagamento dos ativos dos acionistas.

2. Em cognição sumária - há indícios de que o acionista Sr. José Nicodemos Soares Neto e sua família (filhos e esposa), aproveitando-se do poder que exercem no controle da Companhia Agromineral Santa Fé, estão promovendo o esvaziamento patrimonial dessa a favor das empresas que são sócios.

3. Ainda que a anulação da Assembleia Geral que aprovou as contas no período em que a cessão foi realizada não possa ser declarada no bojo da ação de dissolução de sociedade, se os autores indicaram na petição inicial que tal pretensão será objeto de procedimento próprio, razoável a determinação de suspensão do trâmite administrativo da cessão dos direitos minerários até posterior deliberação do Juízo. Logo, na eventualidade de ser anulada (em ação própria) a cessão realizada a favor da Investimóveis, os direitos minerários retornarão ao patrimônio da Companhia ré, de sorte que a providência cautelar de suspensão imediata do curso de todos os trâmites administrativos em relação as lavras 5857/1942, 585.701/1942, 585.702/1942 e 585.703/1942 assegurará a utilidade do processo de dissolução da sociedade (conhecimento), cujo efeito secundário é garantir a efetiva apuração e o consequente pagamento dos ativos aos acionistas, o que justifica a manutenção da medida.

4. Enfim, quanto ao litisconsórcio necessário, para se evitar qualquer alegação de nulidade futura por afronta ao devido processo legal e ao contraditório, correta a decisão que, com base na regra do artigo 47 do Código de Processo Civil de 1973 - correspondente ao art. 114 do Código de Processo Civil de 2015 -, determinou a citação da Investimóveis Empreendimentos S.A. como litisconsorte necessário, pois "o litisconsórcio necessário 'tem lugar se a decisão da causa propende a acarretar obrigação direta para o terceiro, a prejudicá-lo ou afetar seu direito subjetivo'. (STF-RT 594/248. (...) É indispensável a presença no polo passivo da ação do terceiro eventualmente atingido em sua esfera jurídica pelo provimento jurisdicional (STJ-4º T., REsp 965.933, Min. João

Superior Tribunal de Justiça

Otávio, j. 25.3.08). (...) Verificando o tribunal do segundo grau de jurisdição a falta de citação dos litisconsortes passivos necessários, deve anular o feito e determinar que o juiz singular cumpra o disposto no art. 47, § único, do CPC' (STJ-4ªT., REsp 28.559-1, Min. Torreão Braz, j. 13.12.94, DJU 20.3.95) (Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, Theotonio Negrão, 42ª edição, Saraiva, 2010, p.175 e 177).

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente suscita dissídio jurisprudencial sobre *"a possibilidade de os acionistas figurarem no polo passivo de ação dissolutória de sociedade anônima que tenha notória preponderância do intuito personae", em especial de companhia familiar.*" (e-STJ, fls. 454).

Sobreveio o juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem (e-STJ, fls. 503/505), o que ensejou a interposição do presente recurso.

Em suas razões, os fundamentos da decisão agravada foram devidamente infirmados. (e-STJ, fl. 508/515)

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Primeiramente, registra-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

No que diz respeito à argumentação utilizada pelo recorrente acerca da sobre *"a possibilidade de os acionistas figurarem no polo passivo de ação dissolutória de sociedade anônima que tenha notória preponderância do intuito personae", em especial de companhia familiar*", demonstra-se deficiente, pois não houve a indicação de dispositivos de lei federal, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula 284 do STF.

Convém ressaltar, por oportuno, que o referido óbice aplica-se tanto para

Superior Tribunal de Justiça

a interposição do recurso com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, quanto para a interposição com base em divergência jurisprudencial, tendo em vista que o recorrente não apontou, de forma clara e específica, dispositivo legal que teria obtido interpretação diversa da que foi dada por outro Tribunal.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PEDIDO DE MAJORAÇÃO DO VALOR ARBITRADO A ESSE TÍTULO. RECLAMO FUNDADO EM DISSENSO JURISPRUDENCIAL. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO. COTEJO ANALÍTICO NÃO EFETUADO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS ARTIGOS CUJA INTERPRETAÇÃO SEJA DIVERGENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284 DO STF. INTERPOSIÇÃO DE DOIS AGRAVOS INTERNOS CONTRA A MESMA DECISÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE RECURSAL. AGRAVO INTERNO DE FLS. 365-380 DESPROVIDO. AGRAVO INTERNO DE FLS. 381-396 NÃO CONHECIDO.

1. Em atenção ao princípio da unirrecorribilidade recursal e da preclusão consumativa, é vedada a interposição simultânea de dois recursos contra a mesma decisão judicial.

2. O dissídio jurisprudencial não foi comprovado, pois a parte agravante não efetuou o devido cotejo analítico entre as hipóteses apresentadas como divergentes, com transcrição dos trechos dos acórdãos confrontados, bem como menção das circunstâncias que os identifiquem ou assemelhem, nos termos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC/1973 (ou 1.029, § 1º, do CPC/2015) e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

3. Para interposição do apelo extremo com base na alínea c do permissivo constitucional também é necessária a indicação do dispositivo legal tido por vulnerado, sob pena de incidência do enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal. Precedentes.

4. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.

5. Agravo interno de fls. 365-380 desprovido. Agravo interno de fls.

381-396 não conhecido.

(AgInt no AREsp 1178689/SP, Rel. Ministro MARCO

AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 09/03/2018, grifou-se)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DE VIDA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE RÉ.

1. O conhecimento do recurso especial pelas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional exige a indicação de qual ou quais os dispositivos de lei que supostamente teriam sido violados ou objeto de interpretação divergente entre o acórdão impugnado e os paradigmas, sob pena de incidência, por analogia, da Súmula 284 do STF. Precedentes.

2. O Tribunal de origem, com base na análise do acervo probatório dos autos, concluiu que o segurado faz jus ao recebimento da indenização correspondente à cobertura securitária, por entender que a questão relativa ao pagamento da indenização de forma proporcional ao grau de invalidez do segurado, encontra-se tão somente nas condições gerais da apólice, da qual não há prova de que o autor, na condição de segurado, tomou conhecimento. Assim, para rever o entendimento do acórdão recorrido, demandaria, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório dos autos e reinterpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado em razão das Súmulas 5 e 7 do STJ. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1220109/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018, grifou-se)

Assim, ante a incidência dos óbices da Súmula n° 284/STF, o não conhecimento do especial é medida que se impõe.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Por fim, cumpre esclarecer que "não cabe a majoração dos honorários advocatícios nos termos do § 11 do art. 85 do CPC de 2015 quando o recurso é oriundo de decisão interlocutória sem a prévia fixação de honorários" (AgInt no REsp 1.507.973/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/05/2016, DJe 24/05/2016).

Adverta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará

Superior Tribunal de Justiça

sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

